



# XINGU RIO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

Demonstrações  
**FINANCEIRAS 2018**

www.stategrid.com.br

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2018.

#### 1) A SOCIEDADE

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE"), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Sociedade espera manter a geração de caixa e margem positiva de

suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão (a serem construídas):

Tensão de linhas em km:	2.534
Extensão em kV:	800/500
Subestações:	3

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

##### 3.1) Desempenho econômico-financeiro

	2018	2017
• Liquidez geral	3,49	2,19
• Liquidez corrente	3,65	0,16
• Relação patrimônio líquido/ativo	25,18%	54,25%
• Relação passivo não circulante/ativo	26,97%	8,72%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	(0,3%)	(10,31%)
• Relação lucro operacional/patrimônio líquido	28,58%	(7,14%)

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Sociedade busca ser mais inclusiva. A Sociedade vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e

gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

#### 5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Sociedade vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Sociedade também participa de ações sociais junto à Sociedade.

#### 6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2019

A Administração

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Expressas em reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	13	5.459.397.035	1.589.940.258
Custo da operação	14	(4.793.829.467)	(1.664.246.099)
<b>Lucro bruto</b>		<b>665.567.568</b>	<b>(74.305.841)</b>
Despesas			
• Gerais e administrativas	15	(22.083.230)	(25.174.904)
• Outras despesas/receitas operacionais líquidas		1.018.606	—
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>644.502.944</b>	<b>(99.480.745)</b>
Resultado financeiro	16	(235.787.664)	(14.194.752)
• Receitas financeiras		32.108.539	17.754.323
• Despesas financeiras		(267.896.203)	(31.949.075)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>408.715.280</b>	<b>(113.675.497)</b>
Imposto de renda e contribuição social	17	(415.491.911)	(29.936.906)
• Correntes		—	(456.390)
• Diferidos		(415.491.911)	(29.480.516)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(6.776.631)</b>	<b>(143.612.403)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Expressas em reais)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	(6.776.631)	(143.612.403)
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	—	—
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	—	—
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>(6.776.631)</b>	<b>(143.612.403)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Expressas em reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro/(prejuízo) do exercício antes dos impostos</b>	<b>408.715.281</b>	<b>(113.675.497)</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa		
• Juros das debêntures	156.975.357	28.492.519
• Amortização de despesas antecipadas (Aumento) redução nos ativos operacionais	1.135.452	1.059.538
• Ativo financeiro amortizável	—	(1.922.866.222)
• Ativo contratual amortizável	(5.832.114.345)	—
• Depósitos judiciais e cauções	(39.000)	(33.000)
• Impostos a recuperar	2.085.978	(10.895.571)
• Adiantamentos a fornecedores e empregados	5.534.913	(9.776.168)
• Aumento (redução) nos passivos operacionais		
• Fornecedores	148.732.263	325.427.832
• Juros pagos	(150.008.696)	—
• Tributos e contribuições sociais	557.418.665	169.946.997
• Salários e encargos sociais	2.196.894	9.318.407
• Outros passivos	—	—
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(4.699.367.238)</b>	<b>(1.523.001.165)</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
• Aquisição de ativo imobilizado	(723.588)	(796.840)
• Aquisição de ativo intangível	—	(251.265)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(723.588)</b>	<b>(1.048.105)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
• Aumento de capital	725.550.000	1.022.450.000
• Empréstimos captados	7.186.505.000	550.000.000
• Empréstimos pagos	(2.900.000.000)	—
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>5.012.055.000</b>	<b>1.572.450.000</b>
<b>Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>311.964.174</b>	<b>48.400.730</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>135.522.647</b>	<b>87.121.917</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>447.486.821</b>	<b>135.522.647</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuosos nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a uma satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.3. Ativo imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. **3.4. Ativo intangível:** É avaliado com vida útil definida, mensurado ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:**

continua →

### BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Expresso em reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	447.486.821	135.522.647	Fornecedores	8	498.340.931	349.608.668
Despesas antecipadas		1.169.005	1.183.126	Empréstimos e financiamentos	9	—	578.492.519
Impostos a recuperar		9.427.317	4.115.702	Tributos e contribuições sociais		10.905.822	9.954.623
Adiantamentos a fornecedores e empregados		4.702.337	10.237.249	Salários e encargos sociais	10	14.805.447	12.608.554
Ativo de concessão (contratual)	7.1	89.182.980	—			<b>524.052.200</b>	<b>950.664.364</b>
		<b>551.968.460</b>	<b>151.058.724</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Empréstimos e financiamentos	9	3.608.475.878	—
Despesas antecipadas		186.889	1.308.220	Empréstimos - partes relacionadas	9	1.263.488.303	—
Depósitos judiciais e cauções		108.000	69.000	Tributos diferidos	11	1.305.096.183	223.634.123
Impostos a recuperar		—	7.397.593	Outras contas a pagar		104.759	104.759
Ativo de concessão (financeiro)	7	—	2.405.702.130			<b>6.177.165.123</b>	<b>223.738.882</b>
Ativo de concessão (contratual)	7.1	8.401.818.885	—	<b>Patrimônio líquido</b>	12		
Imobilizado		1.728.441	1.004.853	Capital social		2.771.001.000	1.971.001.000
Intangível		251.265	251.265	(-) Capital a integralizar		(480.000.000)	(405.550.000)
		<b>8.404.093.480</b>	<b>2.415.733.061</b>	Prejuízos acumulados		(36.156.383)	(173.062.461)
<b>Total do ativo</b>		<b>8.956.061.940</b>	<b>2.566.791.785</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>8.956.061.940</b>	<b>2.566.791.785</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Expressas em reais)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	543.001.000	—	—	(29.450.058)	513.550.942
Aumento de capital conforme AGE de 13 de março de 2017	714.000.000	(714.000.000)	—	—	—
Integralização de capital em 24 de março de 2017	—	54.500.000	—	—	54.500.000
Integralização de capital em 27 de março de 2017	—	30.000.000	—	—	30.000.000
Integralização de capital em 20 de abril de 2017	—	65.000.000	—	—	65.000.000
Integralização de capital em 25 de abril de 2017	—	63.000.000	—	—	63.000.000
Integralização de capital em 30 de outubro de 2017	—	90.000.000	—	—	90.000.000
Integralização de capital em 1º de novembro de 2017	—	63.000.000	—	—	63.000.000
Integralização de capital em 16 de novembro	—	230.000.000	—	—	230.000.000
Integralização de capital em 30 de novembro	—	118.500.000	—	—	118.500.000
Aumento de capital conforme AGE de 30 de novembro de 2017	714.000.000	(714.000.000)	—	—	—
Aporte de capital em 30/11/2017	—	308.450.000	—	—	308.450.000
Prejuízo do exercício	—	—	—	(143.612.403)	(143.612.403)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.971.001.000</b>	<b>(405.550.000)</b>	<b>—</b>	<b>(173.062.461)</b>	<b>1.392.388.539</b>
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018	—	—	(143.682.709)	143.682.709	—
Absorção do prejuízo, efeito em 1º de janeiro de 2018	—	—	143.682.709	—	143.682.709
Integralização de capital em 15 de janeiro de 2018	—	183.000.000	—	—	183.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 02 de fevereiro de 2018	800.000.000	(800.000.000)	—	—	—
Integralização de capital em 08 de fevereiro de 2018	—	284.550.000	—	—	284.550.000
Integralização de capital em 09 de março de 2018	—	258.000.000	—	—	258.000.000
Prejuízo do exercício	—	—	—	(6.776.631)	(6.776.631)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.771.001.000</b>	<b>(480.000.000)</b>	<b>—</b>	<b>(36.156.383)</b>	<b>2.254.844.617</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE"), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Sociedade tem a sua sede na Avenida Presidente Vargas, nº 955 - 13º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"), que é subsidiária da State Grid Corporate of China ("SGCC"), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1. Da concessão:** Em 17 de julho de 2015, a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$988.030.985, deságio de 19% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 22 de outubro de 2015 e prevê entrada em operação até dezembro de 2019. Em 20 de Novembro de 2018, a Sociedade assinou o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº 07/2015 - ANEEL, alterando parcialmente o objeto do contrato no que se refere a Linha de Transmissão em 500 kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu e atualizando a receita anual permitida para R\$983.584.406, a preços de março de 2015. O projeto da Sociedade consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro: (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares. (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em ±800kV entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.534km com um cabo de para-raios em fibra óptica. (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em circuito duplo, com extensão aproximada de 30km. (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 18 de março de 2018. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual foram de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. **2.3. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em

estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.5. Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de





# XINGU RIO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

Demonstrações  
**FINANCEIRAS 2018**

www.stategrid.com.br

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 13 de março de 2017 houve aumento de capital R\$714.000.000, mediante a emissão de 714.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 30 de novembro de 2017 houve aumento de capital R\$714.000.000, mediante a emissão de 714.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas parcialmente, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 02 de fevereiro de 2018 houve aumento de capital R\$800.000.000, mediante a emissão de 800.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas parcialmente, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e parcialmente integralizado da Sociedade é de R\$2.771.001.000 (R\$1.971.001.000 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 2.771.001.000 (1.971.001.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<b>100%</b>

b) **Prejuízo acumulado:** A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de prejuízos acumulados e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucro e pela reserva legal, nessa ordem. A Sociedade não possui reservas de lucro a serem absorvidas. Em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo acumulado da Sociedade é de R\$ (36.156.383) (R\$173.062.461 em 31 de dezembro de 2017).

#### 13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018	2017
Receita operacional bruta		
Remuneração do ativo de concessão	587.182.757	86.707.400
Receita de construção	5.428.681.744	1.664.246.099
	<b>6.015.864.501</b>	<b>1.750.953.499</b>
Deduções da receita operacional		
PIS diferido	(99.261.764)	(28.721.281)
COFINS diferida	(457.205.702)	(132.291.960)
	<b>(556.467.466)</b>	<b>(161.013.241)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>5.459.397.035</b>	<b>1.589.940.258</b>

#### 14. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2018	2017
Custo de construção	(4.793.829.467)	(1.664.246.099)
Total do custo da operação	<b>(4.793.829.467)</b>	<b>(1.664.246.099)</b>

#### 15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Pessoal	(12.007.156)	(13.520.175)
Honorários e encargos	(2.933.003)	(1.633.987)
Serviços de terceiros	(4.859.840)	(3.794.993)
Taxas de importação	-	(2.297.416)
Viagens	(1.462.652)	(3.626.657)
Outros	(820.579)	(301.676)
<b>Total das despesas gerais e administrativas</b>	<b>(22.083.230)</b>	<b>(25.174.904)</b>

#### 16. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	31.971.204	17.754.323
Outras	137.335	-
	<b>32.108.539</b>	<b>17.754.323</b>
Despesas financeiras		
PIS sobre aplicações financeiras	(208.703)	(115.403)
COFINS sobre aplicações financeiras	(1.284.329)	(710.173)
Multas e juros	(688.778)	(98.639)
IOF	(72.148.544)	(1.678.543)
Juros das debêntures	(155.004.479)	(28.492.519)
Juros do financiamento	(1.970.878)	-
Comissão bancária	(17.257.558)	(821.132)
Outros	(19.332.934)	(32.666)
	<b>(267.896.203)</b>	<b>(31.949.075)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(235.787.664)</b>	<b>(14.194.752)</b>

#### 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	408.715.281	(113.675.497)
Alíquota nominal (34%)	138.963.196	(38.649.669)
Adições e exclusões não dedutíveis	(193.967)	637.556
Impostos diferidos ativos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL não reconhecidos	80.862.681	4.838.285
Diferenças temporárias	195.860.001	62.654.344
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>415.491.911</b>	<b>29.480.516</b>
Despesa de IRPJ	-	333.993
Despesa de CSLL	-	122.397
IRPJ diferido	305.508.758	21.676.850
CSLL diferida	109.983.153	7.803.666
	<b>415.491.911</b>	<b>29.936.906</b>

#### 18. MEIO AMBIENTE

A Portaria nº 421/2011 estabelece procedimentos para o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica. Dentre eles, a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) com base no Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental competente. Os custos ambientais ocorridos no exercício estão diretamente relacionados à elaboração dos estudos ambientais, entre outras etapas do licenciamento relacionado à obtenção da Licença de instalação conforme determinado pelo órgão regulador ambiental. O total de custos com meio ambiente no exercício de 2018 foi de R\$ 68.952.020 (R\$ 10.920.040 no exercício de 2017).

#### 19. SEGUROS

A Sociedade possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Sociedade no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 007/2015-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. A garantia de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segura no montante de R\$700.000.000, com fim da vigência em 1º de março de 2020.

#### 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Partes relacionadas	Natureza de operação	2018	2017
Ativo circulante			
Outra contas a receber			
Nari Brasil Holding Ltda.	(a) Nota de débito	17.349.507	-
Nari Group Corporation Co. Ltd.	(a) Nota de débito	209.396	-
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda.	(a) Nota de débito	6.664.324	-
CET Brazil Transmissão de Energia Ltda.	(a) Nota de débito	-	-
		<b>24.223.227</b>	<b>-</b>
Passivo circulante			
Fornecedores			
CET Brazil Transmissão de Energia Ltda.	(a) Serviços de construção	-	-
China Electric Power Equipment and Technology Co.	(a) Serviços de construção	237.632.963	121.447.438
Nari Group Corporation	(a) Serviços de construção	27.214.037	50.878.986
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda.	(a) Serviços de construção	44.120	622.305
		<b>264.891.120</b>	<b>172.948.729</b>

(a) Referem-se aos saldos a pagar relacionados à prestação de serviço para a construção do projeto.

#### 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Sociedade é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Sociedade é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro

comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Sociedade, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

#### 22. CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	447.486.821	135.522.647
Ativo de concessão (financeiro) curto prazo	7.1	-	2.405.702.130
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018	2017
Fornecedores	8	498.340.931	349.608.668
Empréstimos e financiamentos	9	4.871.964.181	578.492.519

#### 23. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Sociedade efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos cambiais:** A Sociedade faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. c) **Risco de liquidez:** A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Sociedade é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Sociedade por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Sociedade.

#### 24. CONTINGÊNCIAS

**Contingências prováveis (provisionadas):** A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **Contingências possíveis (não provisionadas):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2018	2017
Civil	309.795.855	-
Trabalhista	107.421	-
Fiscal	600.336	-
	<b>310.509.612</b>	<b>-</b>

#### 25. GESTÃO DO CAPITAL

A Sociedade utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Sociedade monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

#### 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447,00 (oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES.

#### DIRETORIA

**Hongxian Cai**  
Diretor Presidente

**Chenggang Liu**  
Diretor

**Kelson Araújo Carvalho**  
Contador - CRC RJ-112076/O-6

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da  
**Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase - Adoção ao CPC 47 - Receita de contrato com cliente

Chamamos a atenção para a nota 4.1 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados à adoção do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo os principais efeitos o reconhecimento de um ativo de contrato (anteriormente classificado como ativo financeiro) no montante de R\$8.491.001.865 mil e ajuste ao prejuízo acumulado no montante de R\$143.682.709 mil. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 3.2 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$8.491.001.865 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo.

Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P015199/O-6  
**Glaucio Dutra da Silva**  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

